

NOÇÕES BÁSICAS DE PROCEDIMENTOS DE VENDAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO APLICADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS POUSO ALEGRE – IFSULDEMINAS

BASIC NOTIONS OF SALES PROCEDURES FOR PUBLIC ADMINISTRATION: A STUDY APPLIED TO PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION OF THE INTEGRATED TECHNICAL COURSE IN ADMINISTRATION AT CAMPUS POUSO ALEGRE – IFSULDEMINAS

Resumo: Este artigo investiga o conhecimento dos discentes do curso técnico integrado em Administração do Campus Pouso Alegre do IFSULDEMINAS sobre os processos de contratações e vendas para a Administração Pública. O estudo tem como objetivo analisar a compreensão das normativas e procedimentos licitatórios, promovendo uma formação cidadã e omnilateral. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou levantamento bibliográfico e documental, além da aplicação de questionários para avaliar os conhecimentos prévios dos alunos. Em seguida, foi apresentado o Guia Orientativo: Noções e Procedimentos de Vendas para a Administração Pública, abordando temas como legislações, princípios, participação em licitações, fiscalização e transparência. Após a aplicação do produto educacional, uma nova pesquisa foi realizada para mensurar seu impacto no aprendizado dos discentes. Os resultados demonstraram que a maioria dos alunos possuía pouco ou nenhum conhecimento prévio sobre o tema, mas, após o estudo, houve uma melhora significativa na compreensão dos processos licitatórios e da importância da fiscalização dos recursos públicos. Além disso, identificou-se a possibilidade de utilização do material em atividades extracurriculares e na formação inicial e continuada, ampliando as oportunidades dos estudantes no mercado de trabalho e fortalecendo sua atuação como cidadãos críticos e fiscalizadores.

Palavras-chave: Contratações públicas. Vendas para administração pública. Formação integral. IFSULDEMINAS.

Abstract: This article investigates the knowledge of students in the integrated technical course in Administration at the Pouso Alegre Campus of IFSULDEMINAS regarding public procurement and sales to the Public Administration. The study aims to analyze the understanding of regulations and bidding procedures, promoting comprehensive and citizenship-oriented education. The research, with a qualitative approach, included bibliographic and documentary research, as well as questionnaires to assess students' prior knowledge. Subsequently, the Guidance Guide: Notions and Procedures for Sales to the Public Administration was presented, covering topics such as legislation, principles, participation in bidding, oversight, and transparency. After applying the educational product, a new survey was conducted to measure its impact on students' learning. The results showed that most students initially had little or no knowledge of the subject, but after the study, there was a significant improvement in their understanding of bidding processes and the importance of overseeing public resources. Additionally, the possibility of

Marco Antonio de Melo Azevedo¹

Lucas Labigalini Fuini²

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - Campus Poços de Caldas; Mestre do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT); marco.melo.azevedo@gmail.com.

2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Campus São João da Boa Vista; Doutorado em Geografia (Organização do Espaço) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP; lucasfuini@ifsp.edu.br.

using the material in extracurricular activities and initial and continuing education was identified, expanding students' opportunities in the job market and strengthening their role as critical and engaged citizens.

Keywords: Public procurement. Sales to public administration. Comprehensive training. IFSULDEMINAS.

INTRODUÇÃO

As contratações realizadas pela Administração Pública é um tema de grande relevância em toda a sociedade, vista o dispêndio de recursos públicos que são pagos aos fornecedores devido a execução de compras ou serviços. Esses dispêndios são oriundos dos tributos pagos pela população para manutenção do aparato estatal. Desta forma, o conhecimento da legislação e dos procedimentos relacionados às contratações públicas é importante para a transformação do ambiente e para a formação da consciência cidadã na fiscalização dos recursos públicos.

A pesquisa consistiu na análise da compreensão e do conhecimento das licitações públicas pelos discentes, e na possibilidade de desenvolvimento de habilidades para a formação integral e omnilateral dos indivíduos, partindo-se da premissa de que o cidadão comum não tem conhecimentos específicos sobre as legislações em geral.

Brito e Teles (2023) identificaram em sua pesquisa, que a maioria dos discentes e servidores técnico-administrativos do IFG – Campus Formosa possui pouco ou nenhum

conhecimento sobre aquisições e contratos públicos. Diante disso, concluíram que é fundamental oferecer meios para auxiliar a aprendizagem da comunidade sobre o tema, garantindo que tenham noções básicas para participarem ativamente da construção dos processos (Brito; Teles, 2023, p. 405).

Os processos de contratações públicas são considerados burocráticos e complexos, desestimulando a participação de empresas e profissionais nos certames licitatórios, tendo em vista as exigências de seguir normas e procedimentos específicos do setor público, muitas vezes desconhecidos por quem atua no setor privado. Diante desse cenário, buscou-se promover o conhecimento sobre licitações junto aos discentes do curso técnico integrado em Administração do Campus Pouso Alegre, de forma a contribuir para a formação integral dos alunos, alinhando-se aos princípios dos Institutos Federais, que priorizam uma educação omnilateral voltada para a capacitação profissional e cidadã (Brasil, 2008).

Para Ciavatta e Ramos (2011, p. 31), o ensino médio integrado à educação profissional, principalmente nos Institutos Federais, foi concebido no estabelecimento de uma cultura

da educação geral e crítica com a formação do profissional do estudante, na perspectiva politécnica e omnilateral, a fim de compreender as relações sociais e as do processo produtivo.

Ramos (2014, p. 96) destaca o caráter humanista na implantação do currículo integrado, apontando desafios como a sobrecarga docente e a falta de recursos para atividades colaborativas. Ele sugere que a abordagem curricular no ambiente escolar é pouco frequente, o que dificulta a construção coletiva do projeto político-pedagógico e do currículo voltado para a educação integrada.

No contexto da formação humana, o objetivo primordial consiste em assegurar que os adolescentes, os jovens e os adultos que desempenham atividades laborais obtenham o direito a uma formação integral, habilitando-os para interpretar o ambiente circundante e participar ativamente como cidadãos plenos, plenamente inseridos em sua nação e integrados de maneira digna em sua comunidade política. Essa formação, nesse contexto, pressupõe a capacidade de compreender as complexas relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (Ciavatta, 2005, p. 2-3).

A pesquisa busca investigar o conhecimento dos discentes do curso técnico em Administração do Campus Pouso Alegre do IFSULDEMINAS sobre contratações e vendas para a Administração Pública. O objetivo geral

é promover esse conhecimento, enquanto os objetivos específicos incluem desenvolver um guia orientativo sobre o tema, incentivar a compreensão dos procedimentos de vendas para o setor público como oportunidade profissional e contribuir para a formação integral e cidadã dos estudantes.

Este artigo aborda as contratações públicas, seus procedimentos e histórico, destacando sua relevância na Educação Profissional e Tecnológica. Explora as noções de vendas para a Administração Pública como parte da formação integral dos estudantes, evidenciando oportunidades no mercado de trabalho por meio das vendas para o setor público.

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A licitação tem como objetivo garantir a escolha isonômica da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, seguindo princípios constitucionais e legais (Meirelles, 2016, p. 310). Introduzida no Brasil pelo Decreto nº 2.926/1862, a licitação ganhou status constitucional com a CF/1988, contribuindo para a democratização e modernização dos processos licitatórios por meio de legislações e normas regulamentadoras posteriores.

A Lei nº 8.666/1993 foi a primeira regulamentação das licitações sob a CF/1988,

seguida por novas normas, como a Lei nº 10.520/2002 (Pregão), a Lei nº 12.462/2011 (RDC) e, mais recentemente, a Lei nº 14.133/2021, que, a partir de 2024, será a única lei geral de licitações vigente. Além das legislações, os processos licitatórios devem seguir os princípios constitucionais do art. 37 da CF/1988 e os princípios complementares do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que reforçam a

transparência, eficiência e sustentabilidade nas contratações públicas.

As licitações possuem modalidades, tipos (critérios de julgamento) e formas, estando estabelecidas de forma expressa na legislação, onde cada modalidade terá sua especificidade para as licitações. A seguir segue um quadro explicativo, referente a Lei nº 14.133/2021, que discrimina as modalidades, objetivo e critérios de julgamento:

Quadro 1: Modalidades de licitação, objeto e critérios de julgamento

| Modalidade | Descrição / objeto | Critério de julgamento |
|---------------------|---|---|
| Concorrência | licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia | a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto; |
| Pregão | modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns | a) menor preço; b) maior desconto |
| Diálogo competitivo | modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos | a) próprios (definidos no edital) |
| Curso | modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico | a) melhor técnica ou conteúdo artístico |
| Leilão | modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos | a) maior lance |

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021)

As modalidades de licitação devem ser adequadas ao objeto contratado e divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com prazos variando entre 8 e 60 dias úteis, conforme a modalidade e o critério de julgamento (Brasil, 2021). As licitações podem ocorrer de forma eletrônica ou presencial, sendo que, com a Lei nº 14.133/2021, a modalidade

eletrônica tornou-se regra para todos os entes da Administração Pública, utilizando plataformas como o Compras.gov.br.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um componente essencial do sistema educacional brasileiro, visando a formação integral dos estudantes para o mundo do trabalho. Alinhada às demandas do mercado e ao desenvolvimento socioeconômico do país, a EPT é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, como um caminho fundamental para a qualificação profissional.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. [...] § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996).

A LDB estabelece a flexibilidade da EPT integrando-a tanto ao ensino médio regular quanto à educação de jovens e adultos, através de cursos técnicos e tecnológicos, promovendo a valorização do conhecimento prático e contribuindo para a formação de cidadãos aptos a enfrentar os desafios do mercado de trabalho contemporâneo. Ciavatta descreve o conceito da formação integrada, conforme a LDB:

Do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica correlação de forças entre as classes, a concepção de

educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária, que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 e que foi perdida na aprovação da Lei n. 9.394/96 (Ciavatta, 2014, p. 197).

A formação integrada na EPT prepara os estudantes para o mercado de trabalho, desenvolvendo competências técnicas e formação omnilateral. As contratações públicas na educação são fundamentais para adquirir equipamentos, materiais, infraestrutura e serviços essenciais ao funcionamento das instituições de ensino. O Relatório de Atividades Subsidiárias da CGU (Controladoria-Geral de União) ressalta a importância das compras públicas para garantir recursos adequados e a qualidade da formação na EPT.

As compras públicas desempenham um papel importante na qualidade e eficiência dos serviços que o governo oferece aos cidadãos e na economia de um país, influenciando socioeconomicamente regiões e setores diversos, tendo em vista o poder de compra do Estado. É por meio desse processo que bens e serviços são adquiridos pela Administração Pública para suporte à implementação de políticas públicas e manutenção das atividades administrativas e operacionais das instituições (Controladoria-Geral de União, 2021, p. 9).

Em resumo, as contratações públicas são instrumentos necessários, dentro das estruturas e do aparato estatal, inafastáveis para a promoção da EPT de qualidade no Brasil,

garantindo-se a oferta de produtos e serviços necessários ao funcionamento das instituições de ensino.

A educação profissional na busca da formação humana e integral

A formação humana e integral na Educação Profissional busca o desenvolvimento pleno dos estudantes, abrangendo não apenas habilidades técnicas, mas também competências socioemocionais, como trabalho em equipe, comunicação e liderança. Ciavatta (2014, p. 198) define a educação integrada como a articulação entre o ensino médio e a formação profissional, promovendo uma abordagem abrangente que permite compreender a unidade na diversidade, considerando as múltiplas mediações históricas no processo educacional.

Nesse sentido, a Educação Profissional tem como objetivo formar profissionais completos, que sejam capazes de atuar com excelência em suas respectivas áreas, que também sejam conscientes de seu papel na sociedade e comprometidos com os valores éticos, como a responsabilidade, a justiça, a solidariedade e o respeito à diversidade. A formação integral dos estudantes busca, assim, prepará-los para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e da vida cotidiana, de forma ética, crítica e reflexiva.

Ramos (2008) define a integração da formação:

O primeiro sentido da integração ainda não considera a forma ou se a formação é geral ou profissionalizante. O primeiro sentido da integração pode orientar tanto a educação básica quanto a educação superior. A integração, no primeiro sentido, possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (Ramos, 2008, p. 3-4).

Em suma, a busca pela formação humana e integral é fundamental para preparar os estudantes não apenas para o mundo do trabalho, mas também para a vida em sociedade. A formação deve ir além da transmissão de conhecimentos técnicos, promovendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o pensamento crítico, a autonomia e a tomada de decisões éticas.

As noções sobre vendas para a administração pública como princípio

formativo e oportunidade no mundo do trabalho

A EPT visa não apenas a formação geral, mas também a preparação para o mundo do trabalho, desenvolvendo habilidades técnicas e conhecimento específico. Ciavatta (*apud* Gramsci, 1981) destaca que a formação integrada conecta a instrução geral à educação profissional, considerando o trabalho como princípio educativo. Esse modelo busca superar a separação entre trabalho manual e intelectual, formando indivíduos aptos tanto para a produção quanto para a gestão e a cidadania (Ciavatta, 2014, p. 198).

A instituição escolar vai além da transmissão formal do conhecimento, formando indivíduos com pensamento crítico e capacidade de gestão. Nesse contexto, as noções sobre vendas para a administração pública revelam um princípio formativo que pode ser essencial na preparação dos estudantes tanto para as exigências do mercado quanto para compreender a Administração Pública. Batista e Alves (2009, p. 9) destacam que a reestruturação produtiva exige um profissional multitarefa, combinando competências técnicas e comportamentais, sendo necessário constante adaptação para inserção e permanência no mercado de trabalho.

O mercado comprador e as possibilidades de vendas para a administração pública

Em 2019, as compras governamentais no Brasil representaram 9,4% do PIB, sendo a União, os Estados e os Municípios grandes adquirentes de bens e serviços, conforme Relatório de Atividades Subsidiárias da Controladoria-Geral de União (2021, p. 10). Vender para a Administração Pública é uma oportunidade de negócio, mas exige conhecimento sobre os processos licitatórios, incluindo princípios, sistemas, documentos necessários e prazos.

A correta precificação e atenção às especificações do edital são fundamentais para evitar desclassificação e prejuízos aos postulantes a venda para o governo. Nesse contexto, a EPT pode contribuir para a capacitação de profissionais, por meio de atividades extracurriculares e treinamentos sobre licitações e compras públicas.

METODOLOGIA

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do IFSULDEMINAS, por meio da plataforma Brasil sobre o CAAE nº 56667122.8.0000.8158 e Parecer nº 5.783.974, para a aplicação aos alunos do curso técnico integrado em

Administração do Campus Pouso Alegre do IFSULDEMINAS, das turmas dos 2º e 3º anos.

Foi realizado o levantamento bibliográfico de caráter exploratório, baseado no emprego de conhecimento teórico pesquisado e obtido por meio de estudo e pesquisa em livros, artigos, legislação, jurisprudência, resoluções e instruções normativas internas da instituição, bem como na abordagem qualitativa, com utilização de técnicas de mensuração de dados estatísticos (Gil, 2002, p. 45).

A pesquisa documental analisou os dados referentes às contratações públicas, como os dados de contratações, licitações, valores para a demonstração, sendo estes os indicativos do mercado de compras públicas para demonstrar as oportunidades e possibilidades de inserção dos profissionais neste mercado, de forma a verificar e contribuir com o presente estudo.

A pesquisa em questão adotou predominantemente uma abordagem metodológica baseada em pesquisa e análise qualitativa. Conforme descrito por Silveira e Córdova em Gerhardt e Silveira (2009), a abordagem qualitativa se distingue pela sua ênfase no aprofundamento da compreensão de um grupo social, organização ou entidade, em vez de buscar uma representação numérica abrangente.

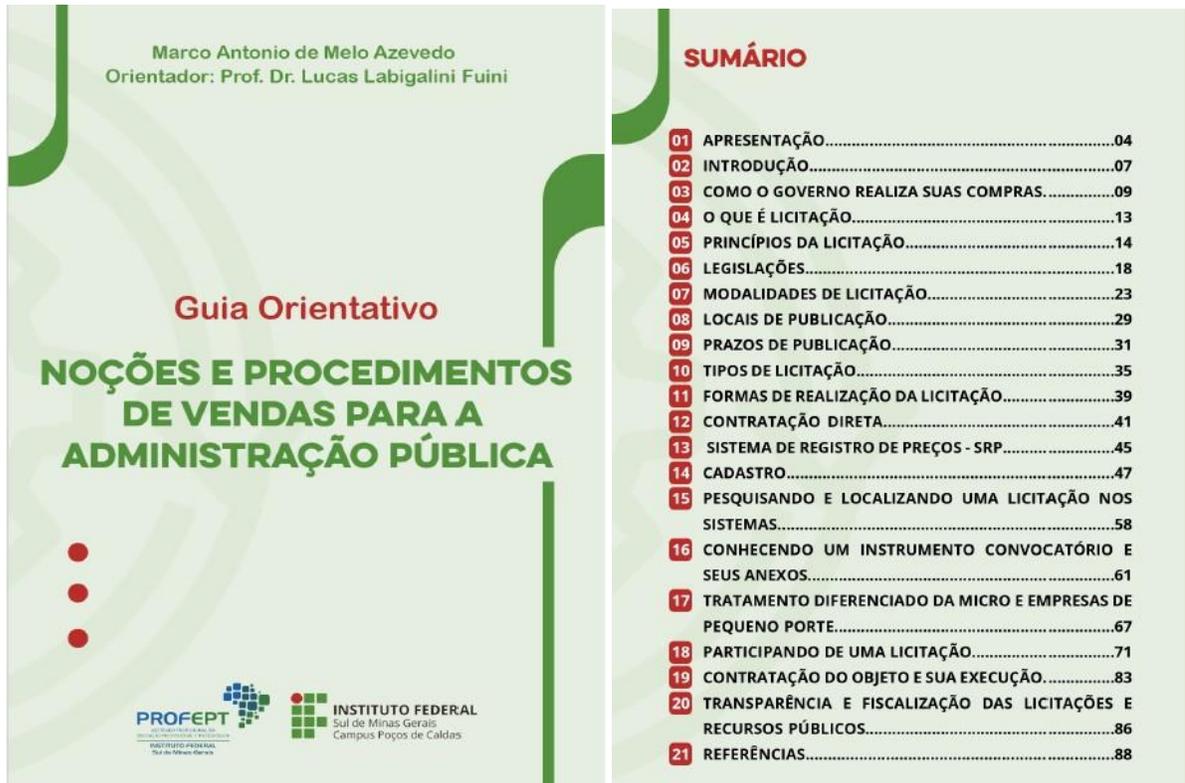
A pesquisa, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, analisou dados documentais para identificar o conhecimento e a expertise dos discentes sobre vendas para o setor público. Segundo Andre (2013, p. 97), a pesquisa qualitativa considera o conhecimento um processo socialmente construído, influenciado pelas interações cotidianas dos indivíduos. Nesse contexto, são analisadas as percepções dos participantes, suas experiências, expressões linguísticas, produções culturais e formas de interação social.

A pesquisa inicial com os alunos foi realizada através de questionários impressos não identificados e entregues em sala de aula aos pesquisados, de forma a possibilitar o anonimato e garantir a idoneidade da pesquisa; a partir disso, analisou-se o nível de conhecimentos sobre as contratações e vendas para a Administração Pública.

Ao término, foi realizada a aplicação do produto educacional: “Guia Orientativo: Noções e procedimentos e vendas para a Administração Pública”, apropriado e baseado nos fundamentos em Kaplún (2003) nos três eixos principais: eixo conceitual, eixo pedagógico e eixo comunicacional. O produto dispõe da introdução, princípios, legislações, prazos, trâmites, fluxogramas e demais orientações de forma autodidática e explicativa sobre licitações e como vender para o setor

público, sendo disponibilizado, na forma eletrônica, a todos os discentes do curso e, na forma impressa, aos discentes participantes da pesquisa.

Figura 1: Capa e Sumário do Produto Educacional



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

De forma a complementar a instrução, foi realizada uma apresentação assíncrona do produto educacional, de aproximadamente trinta minutos, disponibilizado pela plataforma de vídeos *Youtube*, endereço:

<https://www.youtube.com/watch?v=lrEfUM6Goc&t=1386s>

e o Guia Orientativo, através do endereço eletrônico:

<https://drive.google.com/file/d/1eu8cGIhUF864zyb5fN5pDOb4dw0c6oxA/view?usp=sharing>

Após a aplicação do Produto Educacional, um questionário final foi realizado para avaliar seu impacto no conhecimento dos

discentes sobre contratações e vendas para a Administração Pública, garantindo o anonimato das respostas. A análise dos resultados ocorreu de forma descritiva e reflexiva, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas, com apoio de gráficos gerados em planilhas.

RESULTADOS

Questionário Inicial aos Alunos

Foi realizada uma avaliação diagnóstica para verificar os conhecimentos prévios dos discentes sobre o tema. Inicialmente,

questionou-se sobre o conhecimento da legislação e das normas que regem a estrutura administrativa do Estado. Os resultados apontaram que 47,1% dos alunos não possuem conhecimento sobre o assunto, 23,5% afirmaram conhecê-lo e 29,4% declararam ter apenas ouvido falar.

Quanto ao conhecimento sobre as contratações públicas, 23,5% dos discentes responderam que compreendem o processo, 35,3% afirmaram não conhecer e 41,2% declararam ter apenas uma noção superficial.

Os dados evidenciam que o tema não é amplamente abordado nos currículos escolares, o que justifica o desconhecimento da maioria dos alunos. Esse cenário reforça a relevância da pesquisa, que busca explorar estratégias para incluir a temática na EPT, apesar das lacunas identificadas, percebe-se um interesse significativo dos discentes em aprender sobre contratações públicas e vendas para a Administração, o que demonstra a necessidade de iniciativas educacionais voltadas para essa área.

Questionário Final dos Alunos

Na análise do questionário final, verificou-se se o conteúdo apresentado sintetizou o conhecimento da legislação e dos procedimentos utilizados para a realização das contratações e das contratações com a

Administração Pública. Foi abordado se o conteúdo apresentado possibilitou um melhor atendimento sobre o funcionamento das contratações públicas; 17,6% dos discentes afirmaram que concordam totalmente: 70,6%, que estão de acordo; e 11,8%, que não concordam mas não discordam.

Entender, conhecer e compreender as legislações que regem a vida de todos os cidadãos se destaca como um instrumento de efetivação da cidadania, podendo levar os alunos a refletirem sobre sua consciência e o fortalecimento do papel de cidadão fiscalizador, remetendo-se à formação integral por Ciavatta (2005), Ramos (2014) e Saviani (2007). Na análise da questão, pode-se considerar que o produto educacional possibilitou que os discentes pudessem conhecer e entender o funcionamento das contratações públicas.

A pesquisa revelou que a maioria dos discentes reconhece a importância do conteúdo para a compreensão das contratações e vendas para a Administração Pública, bem como para o exercício da cidadania fiscalizadora. Dos respondentes, 70,6% concordam com essa relevância, 23,5% estão totalmente de acordo e apenas 5,9% se mantêm neutros.

A análise das respostas indica que o produto educacional foi fundamental para ampliar o entendimento dos alunos sobre o tema. De acordo com Ciavatta (2005, p. 16-17),

investimentos na educação são indispensáveis para garantir serviços sociais eficazes para a sociedade. Nesse contexto, as contratações públicas não são apenas procedimentos auxiliares, mas representam um aspecto essencial tanto para o funcionamento das instituições quanto para a disseminação do conhecimento entre discentes, servidores e sociedade.

As respostas dos discentes participantes nas abordagens realizadas dos questionários inicial e final, demonstram que, em sua maioria, houve assimilação e conhecimento das noções gerais sobre as contratações com a Administração Pública, bem como na sua consciência cidadã relativa aos gastos do setor público e também interesse e propósito em conhecer um pouco mais sobre o tema.

Questionário aos professores

A pesquisa com professores das disciplinas técnicas avaliou a relevância do tema sobre vendas para a Administração Pública no curso técnico em Administração e sua aplicação em atividades extracurriculares e de formação continuada. Os resultados mostraram que 66,7% dos docentes não consideram o tema relevante para as disciplinas, pois o foco do curso está na administração privada. No entanto, o assunto se relaciona com a competência de empreender, prevista no

Projeto Pedagógico do Curso do IFSULDEMINAS (2019, p. 22).

Quanto à utilização do material educacional, 33% indicaram que poderia ser usado em atividades de extensão, 83,3% sugeriram sua abordagem em palestras ou seminários, e 66,7% consideraram sua aplicação em cursos de formação inicial e continuada, mas não como material de apoio em sala de aula. Metade dos professores concordaram que o conteúdo pode contribuir para que os alunos compreendam e fiscalizem as contratações públicas, mas seu uso seria mais adequado para atividades complementares.

A pesquisa realizada com os professores indicou que o tema e o produto educacional podem ser explorados pelos discentes do curso técnico integrado em Administração do Campus Pouso Alegre, porém, de acordo com as respostas, sua aplicação seria mais adequada em atividades extracurriculares, embora ainda dentro da formação. Além disso, os docentes apontaram a possibilidade de sua utilização como material de apoio na formação inicial e continuada, tanto para o público interno quanto externo à instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contratações públicas são fundamentais para a gestão governamental,

garantindo o funcionamento das instituições de ensino e promovendo transparência, inclusão social e desenvolvimento sustentável. Este estudo analisou a compreensão dos alunos do 2º e 3º anos do curso técnico em Administração do IFSULDEMINAS sobre contratações e vendas para a Administração Pública, visando ampliar seu conhecimento sobre licitações e contribuir para sua formação integral e omnilateral.

A pesquisa inicial revelou que a maioria dos discentes desconhecia a legislação e os procedimentos de contratações e vendas para a Administração Pública, embora demonstrassem interesse pelo tema. Como resposta, foi desenvolvido um Guia Orientativo, que não busca tornar os alunos especialistas, mas fornecer uma visão geral sobre as contratações públicas, explicando como ocorrem as aquisições e a prestação de serviços no setor público, além de orientar sobre as possibilidades de vendas para a Administração.

Após a aplicação do produto educacional, um questionário final indicou que a maioria dos discentes assimilou satisfatoriamente o conteúdo do Guia Orientativo, atingindo parcialmente os objetivos propostos para a formação integral. Além disso, a pesquisa com os professores do curso técnico em Administração revelou que o tema e o material devem complementar o currículo por meio de atividades

extracurriculares e serem utilizados na formação inicial e continuada, tanto para os alunos quanto para a comunidade.

Nesse sentido, considera-se que a problemática da pesquisa tenha sido em parte resolvida, pois os resultados demonstraram que a maioria dos discentes pesquisados conseguiu assimilar as noções gerais dispostos no produto educacional, que poderá ser melhorado e aplicado aos demais cursos, bem como aos servidores e ao público externo da instituição.

Por fim, é apropriado sugerir a continuação de pesquisas que possam enriquecer o conhecimento relacionado aos processos licitatórios e às contratações da Administração Pública. Esta contribuição pode ser efetuada por meio da inclusão desse tópico no currículo da educação formal, em programas de capacitação, bem como em atividades extracurriculares direcionadas a estudantes, a servidores públicos e à sociedade em geral, possibilitando a preparação dos cidadãos de forma a consolidar uma compreensão da relevância do entendimento das contratações públicas.

REFERÊNCIAS

ANDRE, Marly. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em:

http://www.mnemos.unir.br/uploads/13131313/arquivos/Marli_Andr__O_que__um_Estudo_de_Caso_417601789.pdf Acesso em: 16 ago. 2022.

BATISTA, Roberto Leme; ALVES, Giovanni. A ideologia da educação profissional no contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 8., 2009, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2009. p. 1-21. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1v6-950zb6ST9-VCfXIWR4AUhOdjXeUvc/view?usp=sharing>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em: 29 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm. Acesso em: 29 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011**. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12462compilado.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Relatório de Atividades Subsidiárias**: Tema Compras Públicas. Brasília: CGU. 8 dez. 2021. Disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/download/1123074> Acesso em 05 ago. 2023.

BRITO, Emilia Fernandes de; TELES, Faustino Teles. Aplicabilidade dos princípios da gestão democrática nos processos de compras e contratações do IFG/Campus Formosa. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 7, p. 401–413, 2023. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educar_mais/article/view/3122. Acesso em: 17 set. 2023.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v.3, n.3, 2005. Disponível em:

<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/artic le/view/6122/5087>. Acesso em: 23 out. 2022.

CIAVATTA, Maria. **Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso. 17 jun. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa.** 1 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 21 mai. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

IFSULDEMINAS. **Resolução nº 129/2019, de 18 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico do Curso: Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, Campus Pouso Alegre. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2019/129.2019.pdf Acesso em: 23 out. 2022.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n.27, maio/ago. 2003, p.46-60. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito Administrativo Brasileiro.** 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> Acesso em: 18 jul. 2023.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado.** 2008. Disponível em: <https://tecnicaadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf> Acesso em: 23 mai. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.** v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 jul. 2023.